

CAPÍTULO 11

Concepções de perdão em crianças: análise de conteúdo de entrevistas

Edizângela de Fátima Cruz de Souza

Gabrielle Sanches Cabral

Rayanne Carvalho de Lima

Eloá Losano de Abreu

11.1 Introdução

Nas relações interpessoais, há uma grande incidência de conflitos, os quais fazem com que as pessoas precisem elaborar estratégias para lidar com sentimentos negativos, como a mágoa e a raiva. Nesse sentido, o perdão pode ser visto como uma dessas estratégias. Considerando que situações de conflito podem ocorrer em todas as idades, este capítulo irá abordar o perdão em crianças.

Jean Piaget foi o primeiro autor a considerar o perdão numa perspectiva moral, a partir de seus estudos sobre o desenvolvimento da moralidade infantil, retratados na obra *O Juízo Moral da Criança* (1932/1994). Nesta obra, o autor analisa o surgimento dos sentimentos de respeito e de justiça nas crianças, identificando como elas progridem de uma fase de heteronomia, quando suas decisões são orientadas pela coação da figura de autoridade adulta para a fase de autonomia moral, sendo capazes de decidir sobre situações morais a partir de princípios internalizados construídos pela experiência e na interação com pares em relações de cooperação e respeito

mútuo. Ao identificar o surgimento da moralidade a partir do respeito mútuo e da justiça por igualdade, Piaget apresenta uma compreensão que insere o perdão dentro da perspectiva do desenvolvimento moral, surgindo com o pensamento por equidade (Abreu, 2013).

A equidade consiste na habilidade de julgar as ações na devida proporção, o que envolve considerar as particularidades e analisar cada situação do ponto de vista das outras pessoas envolvidas (tomada de perspectiva social). De acordo com Piaget, o perdão se encaixa no contexto das atitudes generosas, pois implica numa compreensão de que a igualdade nas relações consiste justamente em tratar as coisas e as pessoas da maneira que parecer mais adequada dentro de cada ponto de vista social. Nesse sentido, as crianças passam a considerar a regra de ouro: “Faça e trate os outros da maneira que você gostaria que lhe tratassem ou que fizessem com você”. O julgamento, dessa forma, vai além de uma reciprocidade concreta e passa a se orientar por uma reciprocidade ideal:

A elite das consciências adultas reclama mais do que uma simples reciprocidade, na prática da vida. A caridade e o perdão das injúrias ultrapassam, aos olhos de muitos, a simples igualdade. (. . .) A preocupação pela reciprocidade leva precisamente a ultrapassar esta justiça um pouco curta das crianças, que revidam, matematicamente, tantos socos quantos receberam. Como todas as realidades espirituais que não resultam de uma coação exterior, mas de um desenvolvimento autônomo, a reciprocidade comporta dois aspectos; uma reciprocidade de fato e uma reciprocidade de direito ou ideal. (. . .) Sem sair da reciprocidade, a generosidade – esta característica de nosso terceiro estágio – alia-se à simples justiça: deste modo, entre as formas refinadas da justiça, tais como equidade, e o amor propriamente dito, não há mais oposição real (Piaget, 1932/1994, p. 242).

Apesar de ser considerado um elemento importante no desenvolvimento moral das crianças, o perdão não recebeu tanta atenção da psicologia até meados dos anos 1980, sendo Robert D. Enright um dos principais precursores e estudiosos sobre o perdão na psicologia. Nesse sentido, o perdão é definido, a partir da perspectiva desenvolvimentista, como: “uma atitude moral na qual uma pessoa considera abdicar do direito ao ressentimento, julgamentos, afetos e comportamentos negativos para com uma pessoa que a ofendeu injustamente. E, ao mesmo tempo, nutrir a compaixão, a misericórdia e possivelmente o amor para com o outro que ofendeu” (Enright *et al.*, 1998, pp. 46-47). Dessa forma, percebe-se que perdoar envolve uma série de mudanças internas e externas nas pessoas, e consequentemente se relaciona com diversos elementos, como por exemplo, a maneira que as pessoas pensam sobre seus conflitos e sobre o que significa perdoar.

Uma das perspectivas elaboradas pelo grupo de estudos liderado por Enright foi o modelo cognitivo-social do perdão, em que pressupõe seis raciocínios do perdão relacionados à idade e julgamento moral de adolescentes e adultos diante de um contexto de injustiça: perdão como vingança; perdão por restituição ou compensação; perdão por expectativas sociais; perdão por expectativa institucional; perdão pela harmonia social; e o perdão pela compaixão ou por amor incondicional (Enright *et al.*, 1989). Nesse modelo, a decisão de perdoar se relaciona ao nível de julgamento moral das pessoas e a como elas acreditam que a justiça pode ser recuperada. Nos primeiros raciocínios, mais frequentes em crianças, o perdão é concedido numa perspectiva individualista, pautada na satisfação de algum tipo de interesse. Comumente, as crianças indicam perdoar mediante o recebimento de algum presente ou algum tipo de restituição para a ofensa, para progredirem gradativamente em seu raciocínio e considerar outras possibilidades e influências na decisão de perdoar. Ao chegar na adolescência, a perspectiva passa a ser mais coletiva e direcionada a satisfazer expectativas sociais.

Além dos estudos sobre como as pessoas raciocinam para decidir perdoar, um dos interesses nos estudos sobre o perdão está em compreender como as pessoas concebem o perdão e que elementos elas incluem na decisão de perdoar (Mullet *et al.*, 2004). Nesse sentido, o perdão tem sido frequentemente associado à reconciliação (Freedman & Chang, 2010; Van der Wal *et al.*, 2017), ao pedido de desculpas (Darby & Schlenker, 1982; Ma *et al.*, 2018) e ao cancelamento das consequências da ofensa sofrida (Witvliet *et al.*, 2020).

No que se refere ao perdão em crianças, a primeira edição do *Handbook of forgiveness* (Worthington, 2005) apontava a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as especificidades dessa faixa etária. Num capítulo dessa edição, Denham *et al.* (2005) argumentam que as crianças conseguem tomar decisões cognitivas diante do perdão, entretanto, ainda não realizam uma reflexão abstrata de análise simultânea da situação, pois isso requer um raciocínio de operações formais, ainda não desenvolvido por elas. Por essa razão, é necessário estudar qual o raciocínio, os argumentos e as concepções que crianças possuem acerca do perdão.

Mais de uma década depois, a segunda edição do *Handbook of forgiveness* (Worthington & Wade, 2020), aponta o estudo sobre o perdão em crianças como relevante, porém ainda escasso. Garthe e Guz (2020) indicam que os estudos sobre o perdão em crianças analisam três fatores relacionados a essa atitude: (1) as habilidades de autorregulação, ou seja, a capacidade de administrar as emoções, pensamentos e comportamentos, para monitorar, reavaliar ou redirecionar as emoções de maneira saudável e positiva; (2) as estratégias de enfrentamento (*coping*), que são definidas como as ações conscientes realizadas pelo indivíduo para se autorregular; e (3) os

processos de socialização que influenciam ou não o perdão em crianças. Entretanto, os autores apontam a necessidade de pesquisas que busquem compreender o desenvolvimento do perdão nas crianças ou os benefícios de intervenções para a promoção do perdão.

Entre os poucos estudos existentes sobre o perdão em crianças, alguns merecem destaque. Taysi e Orcan (2017), por exemplo, analisaram as concepções de perdão de crianças e adolescentes e identificaram definições voltadas para o pedido de desculpas, para a reconciliação e para a reparação do erro, além de outras definições. Os autores verificaram, ainda, que crianças e adolescentes não concebem o perdão da mesma maneira. Enquanto os adolescentes do estudo reportaram definições de perdão categorizadas como “ignorar a ofensa sofrida”, as crianças relataram concepções de perdão mais voltadas tanto para o perdão condicional – que envolve o pedido de desculpas e a restituição – como para a reconciliação. Esses achados indicam que as crianças parecem precisar de comportamentos e atitudes do ofensor para considerar o perdão.

Assim, o pedido de desculpas parece ser central para o perdão em crianças, seja esse elemento tido como uma condição que facilita o perdão (Taysi & Orcan, 2017), seja revelando que o pedido de desculpas pode diminuir as repercussões negativas da ofensa, fazendo com que a criança avalie o seu ofensor de forma mais positiva (Yendork *et al.*, 2022), ou estabelecendo a diferenciação entre pedido de desculpas espontâneo, que pode demonstrar arrependimento, e automático, emitido apenas para evitar punição (Darby & Schlenker, 1989; Wainryb *et al.*, 2020).

Comumente, o pedido de desculpas pode ser visto apenas como uma regra social depois de ofender outra pessoa, especialmente quando as crianças são ensinadas a pedir desculpas sempre que cometem uma injustiça, mesmo que não compreendam bem as consequências das suas ações. Nesses casos, o pedido de desculpas se torna quase que automático, para evitar uma punição, por exemplo. Num estudo clássico, Darby e Schlenker (1982) identificaram que os pedidos de desculpas mais elaborados, ou seja, compostos por atitudes como admitir a responsabilidade e demonstração explícita de remorso do ofensor, foram avaliados mais positivamente pelas crianças do que os mais superficiais, que são mais simples, como apenas dizer que sente muito. Contudo, as crianças ainda preferiam o pedido de desculpas superficial em comparação a não receber nenhum pedido, e as mais velhas indicaram maior desconforto com a ausência do pedido de desculpas após sofrer a ofensa. Nesse sentido, estudos apontaram uma notória preferência das crianças pelo pedido de desculpas espontâneo, uma vez que evidenciaria uma genuína preocupação com os sentimentos da vítima e arrependimento por parte do ofensor (Banerjee *et al.*, 2010; Drell & Jaswal, 2016), enquanto o pedido de desculpas “automático” é avaliado

negativamente, pois indica que há pouco ou nenhum remorso por parte do ofensor (Darby & Schlenker, 1989).

Ainda, Smith *et al.* (2010) revelaram que o pedido de desculpas pode ser retratado pelas crianças como uma expressão da emoção do ofensor, em que ele estaria manifestando seus sentimentos de culpa e remorso ao se desculpar, o que faria com que a avaliação da vítima fosse mais positiva do que quando não há nenhum pedido de desculpas, sugerindo que as crianças podem compreender, de certa forma, algumas funções emocionais do pedido de desculpas.

Além do pedido de desculpas, a restituição ou reparação material da injustiça tem sido um dos elementos presentes nas concepções de perdão, especialmente em crianças. Estudos recentes têm indicado que a restituição pode tornar as vítimas mais propensas ao ato de perdoar (Witvliet *et al.*, 2020), especialmente quando associada ao pedido de desculpas (Difonzo *et al.*, 2020). Ainda, a remoção da ofensa cometida parece diminuir as chances de retaliação por parte da vítima (Zechmeister *et al.*, 2004). Para as crianças, a restituição representa uma tentativa do ofensor de demonstrar arrependimento, de maneira semelhante ao pedido de desculpas. Drell e Jaswal (2016), ao comparar os impactos do pedido de desculpas e da reparação do erro para o perdão, submeteram crianças a um experimento no qual cada participante sofreu a mesma ofensa. Após a ofensa, as crianças poderiam receber um pedido de desculpas, espontâneo ou induzido, uma restituição ou nenhum pedido de desculpas. Os autores perceberam que as crianças se sentiram melhor quando receberam uma restituição e um pedido de desculpas espontâneo.

A reconciliação, embora não seja considerada pelos modelos teóricos sobre o perdão como um elemento necessário ou obrigatório, também se apresenta de forma recorrente nas concepções de perdão de crianças (Toussaint *et al.*, 2008). Em uma pesquisa realizada por Abreu *et al.*, (2011), crianças entrevistadas também apresentaram definições de perdão focadas na reconciliação e na renovação das relações com o ofensor, por meio de respostas como “voltar a brincar”, “dar um abraço”, “ser amigos de novo”. Taysi e Orcan (2017) encontraram resultados semelhantes em seu estudo com crianças turcas, que definiram o perdão como uma forma de reconciliação por meio dos itens: “voltar a ser amigos” e “dar uma segunda chance ao ofensor”. Já Ahmed e Braithwaite (2006), analisando a relação entre perdão, reconciliação, vergonha e bullying escolar, evidenciaram que perdão e reconciliação estão diretamente relacionados com a diminuição da frequência do bullying.

Diante da importância do tema, e considerando a escassez de estudos sobre o perdão em crianças, especialmente no Brasil, realizamos um estudo entrevistando crianças a respeito de suas concepções de perdão. Na análise das respostas, buscamos: (1) identificar os elementos condicionantes na decisão de perdoar; (2) verificar se

o pedido de desculpas se apresenta como um elemento essencial para o perdão; (3) analisar se a intencionalidade da ofensa interfere na decisão de perdoar; e (4) verificar como as crianças definem o perdão.

11.2 Pesquisa

A pesquisa contou com cento e sessenta e nove crianças, com idades entre 7 e 12 anos ($M=9,78$; $DP=1,75$), sendo cento e dois estudantes de escola privada e sessenta e sete estudantes de escola pública da cidade de João Pessoa. As crianças foram divididas em dois grupos de idade: Grupo 1: 68 crianças de 7 a 9 anos ($M=7,85$; $DP=0,71$) e Grupo 2: cento e uma crianças de 10 a 12 anos ($M=11,07$; $DP=0,78$). Aqui cabe fazer um destaque: o objetivo inicial da pesquisa era coletar dados de duzentas crianças, de modo que os grupos de idade fossem relativamente homogêneos para comparações. No entanto, a coleta de dados foi interrompida pelo advento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e, por essa razão, os grupos de crianças tiveram quantidades diferentes.

Para a realização da pesquisa, elaboramos a *entrevista sobre concepções de perdão em crianças*, composta por três histórias com cenários hipotéticos, solicitando que a criança se imaginasse em circunstâncias de injustiça em relação a um ofensor: (1) um segredo da criança é revelado por um(a) amigo(a); (2) a criança sofre uma agressão física; e (3) outra criança a engana por meio de uma mentira. Após a apresentação das histórias, as crianças responderam algumas perguntas, que se referiam a: sentimentos gerados pela ofensa (raiva, tristeza...), que atitudes a criança teria para diminuir esses sentimentos (se vingaria, buscaria que a criança fosse punida...), e características da ofensa ou atitudes do ofensor que podem influenciar a decisão de perdoar dessas crianças (o ofensor teve ou não intenção, pedir desculpas, oferecer algum presente em compensação...). Ainda, as crianças deveriam definir o que elas entendiam como sendo o perdão.

As crianças foram entrevistadas individualmente, as suas respostas foram transcritas na íntegra, e analisadas a partir dos procedimentos de análise de conteúdo indicados por Bardin (2011). A partir desse processo de análise, as respostas foram agrupadas nas seguintes categorias: sentimentos gerados pela ofensa; possibilidade da vingança como alternativa para perdoar; a importância do pedido de desculpas; condições para perdoar; e definições de perdão.

Como resultados, de maneira geral, não foi identificada uma influência dos grupos de idade nas respostas das crianças, apenas em algumas categorias que serão descritas mais adiante. Ainda assim, foi possível perceber que o grupo de crianças mais velhas apresentou respostas mais elaboradas e mais diversificadas do que o das crianças mais novas. Deve-se destacar, no entanto, que a comparação entre grupos de idade foi

prejudicada por conta da diferença na quantidade de crianças nos dois grupos. A seguir, serão apresentados os resultados por categoria de análise de conteúdo.

Com relação aos sentimentos gerados por cada ofensa, nas histórias da revelação do segredo e da descoberta da mentira, as crianças relataram com maior frequência o sentimento de tristeza (85,20% e 86,39%, respectivamente) e menor frequência o sentimento de raiva (74,55% e 62,13%, respectivamente). Já na história da agressão, as crianças apresentaram mais raiva (57,98%) do que tristeza (44,97%). Também foram mencionados outros sentimentos no cenário da revelação do segredo, como traição (2,36%) e decepção (1,77%).

O cenário de revelação do segredo foi o que apresentou a maior frequência geral de sentimentos negativos (39,77%), seguido do cenário da descoberta da mentira (35,88%) e da história da agressão (24,33%). São exemplos de respostas dessa categoria:

- “Ficaria triste com ela, tentaria conversar, daí eu perdoo ela” (participante BS2Cm – grupo 1 – 8 anos).
- “Não sei, eu ficaria muito... como é que eu posso dizer? Triste com ela porque eu pedi pra ela não contar o segredo que eu tinha confiado nela e ela contou e pra mim não ficou muito legal” (participante AC6Cip – grupo 2 – 12 anos)

A vingança consiste em um elemento importante para analisar os contextos de injustiça nas crianças. Sobre esse aspecto, foi observado que as crianças do grupo 1 (67,64%) aceitaram mais alternativas em que se vingariam do ofensor (como contar para um adulto para que ele ou ela ficasse de castigo) do que as do grupo 2 (42,57%). A seguir, exemplos de resposta dessa categoria:

- “Se ela me contasse um segredo, eu ia contar pra outra pessoa. Aí ela ia se sentir triste e eu ia fazer a mesma coisa que ela fez comigo” (participante AJ2Am – grupo 1 – 7 anos).
- “Bem, tenho meus amigos, mas eu não conto meu segredo a ninguém, por isso, tenho muitos segredos. Eu não contaria (o segredo dele para outras pessoas), porque eu não gosto de traição” (participante PD6A – grupo 2 – 11 anos).

No que se refere ao pedido de desculpas, de maneira geral, a maioria das crianças (94,08%) concordou de alguma forma que ele facilita a atitude de perdoar, mas ainda é preciso destacar que algumas crianças (5,91%) diferenciaram os contextos de injustiça para analisar essa questão. Inclusive, em alguns contextos, esse elemento não tornou o perdão mais fácil: seis crianças (3,55%) indicaram que o pedido de

desculpas não ajuda a perdoar no cenário da mentira, por exemplo. Fazendo uma relação com outras respostas dessas mesmas crianças, foi possível perceber que esses contextos de injustiça, para essas crianças, também foram considerados os mais graves. Ou seja, parece que quando a injustiça gera muitos sentimentos negativos, fica mais difícil perdoar apenas com o pedido de desculpas.

- “É melhor pedir desculpa e perdão pelo que ele fez” (participante HM01 – grupo 1 – 7 anos).
- “Ah, eu acho que eu ia lembrar disso por muito tempo, mas ia ficar tudo bem. Acho que ele tinha que pedir desculpas, só isso” (participante VA7Gm – grupo 2 – 12 anos).

No que se refere às condições necessárias para perdoar, o pedido de desculpas (84,61%) e não repetir o erro (43,58%) foram as condições mais citadas em todos os grupos. A ausência de intencionalidade foi indicada como sendo importante para dezenove crianças (11,24%), especialmente no cenário de injustiça da agressão. A reparação material foi apontada como importante por trinta e três crianças (19,52%), a maioria delas no cenário da descoberta da mentira. Ainda, algumas crianças (4,14%) indicaram que não precisam de condições para perdoar, ou seja, perdoariam de qualquer forma. No grupo de crianças mais velhas, também houve menção de condições relacionadas ao diálogo para perdoar e resolver os conflitos com o ofensor (18,34%), a importância de saber a explicação dos motivos do ofensor (11,24%) e conversar com o ofensor (7,10%). Destaca-se, também, a importância atribuída pelas crianças na reconciliação após o perdão, por meio de ações concretas como voltar a brincar, por exemplo:

- “Ele poderia nunca mais mentir pra mim e dizer toda a vez a verdade, que já tinha confirmado alguma coisa, não mentir mais pra mim” (participante ME2Cm – grupo 1 – 7 anos).
- “Me pedir desculpa e fazer amizade de novo” (participante AB2Cm – grupo 1 – 7 anos).
- “Pedir desculpas, vir falar comigo, dizer que não foi de propósito, enfim, falar...” (participante GC6Cip – grupo 2 – 12 anos).
- “Tentar conversar comigo pra eu perdoar ele” (participante PL7Bip – grupo 2 – 12 anos).

Por fim, com relação às definições de perdão, oito crianças (4,73%) não conseguiram ou não souberam responder o que significa perdoar. Das demais, 28,40%

consideraram o perdão como sinônimo ou equivalente ao pedido de desculpas, correspondendo à definição mais citada nos dois grupos. Também se observou que, ao definir o perdão, muitas crianças ainda se mantiveram com foco no que o ofensor deveria fazer para conseguir o perdão, por exemplo, conceituar o perdão como não repetir o erro (8,87%) e demonstrar arrependimento (5,32%). É possível perceber, ainda, que o grupo 2 apresentou uma maior variedade de definições, o que significa uma compreensão mais elaborada do perdão, com processos reflexivos e cognitivos mais elaborados ao definir o perdão, como entender o outro (2,36%) e ponderar sobre as ações do outro (0,59%).

- “Perdão é tipo desculpa. Não contar nenhum segredo, fazer nada de errado...” (participante JL2Am – grupo 1 – 8 anos).
- “Significa se desculpar com alguém porque você fez alguma coisa errada ou o seu amigo fez alguma coisa errada e você vai se desculpar com ele pra voltar a ser amigo normal dele” (participante MG4Bm – grupo 1 – 9 anos).
- “Significa dar uma segunda chance, independe do que a pessoa fez você poder começar uma nova história com ela, é um sentimento de... onde você fica triste no começo mas quando você perdoa a pessoa, começa a conversar com ela e entende o lado dela você fica feliz” (participante RS6Cip – grupo 2 – 11 anos).
- “Quando a pessoa perdoa a outra eu acho que ela tá muito arrependida e acha que ela consegue ser melhor que... como se ela fosse uma nova versão dela que não queria mais repetir aquele erro” (participante MC7Gm – grupo 2 – 12 anos).
- “Perdoar é saber o erro do outro, mas aceitá-lo e seguir em frente” (participante GP7Gm – grupo 2 – 12 anos).

Diante dos resultados descritos, pode-se perceber que o pedido de desculpas foi um elemento importante nas concepções de perdão das crianças, o que condiz com a literatura, a qual aponta que, para as crianças, o pedido de desculpas geralmente funciona como um facilitador na decisão de perdoar (Darby & Schlenker, 1982; Ma *et al.*, 2018). Ademais, esse elemento também pode diminuir os sentimentos negativos em relação ao ofensor e fazer com que o indivíduo se sinta melhor (Taysi & Orcan, 2017). Acompanhado do pedido de desculpas, muitas crianças também indicaram ações concretas relacionadas à reconciliação, como voltar a brincar. Esse resultado foi semelhante ao obtido no estudo de Abreu *et al.* (2011), por exemplo, que identificou que essas ações são essenciais para as crianças, pois representam o perdão sendo posto em prática.

A ausência de intencionalidade também se mostrou como um critério importante, tanto para analisar a gravidade da ofensa como para decidir perdoar ou não (Darby & Schlenker, 1982). Isso pode ser observado, por exemplo, nas respostas relacionadas ao cenário da agressão, que foi a história que teve menos indicações de sentimentos negativos, provavelmente pelo fato de as crianças terem inferido uma ausência de intencionalidade e, por isso, seria o tipo de ofensa menos grave para elas.

Outro ponto a se destacar é a predominância do grupo 1 em relação ao grupo 2 na concordância em relação à opção de vingança, corroborando com resultados de estudos anteriores da área, como o de Enright *et al.* (1989), em que demonstraram que crianças mais novas apresentam mais disposição para utilizar a punição após uma situação de injustiça. Ainda em relação aos grupos de idade, o fato encontrado que as crianças do grupo 2 terem mencionado condições associadas com o diálogo na resolução de conflitos também é condizente com a literatura, visto que crianças mais velhas, por estarem em estágios de descentração, tomada de perspectiva e de empatia mais elevados, procuram compreender mais seus ofensores e as motivações que os levaram a cometer a transgressão.

Um último resultado que merece ser discutido é o fato de as crianças, ao definirem o que significa perdoar para elas, terem concentrado as respostas em descrever ações do ofensor tomadas quando estão na posição de ofensores, ao invés de vítimas. Ou seja, quando a criança define perdoar como “pedir desculpas”, “prometer não fazer de novo”, por exemplo, ela está citando ações que são adotadas para ser perdoado, quando se comete um erro. Pode-se inferir uma dificuldade de as crianças pensarem o perdão na perspectiva de vítimas, ou um possível efeito da socialização nessas respostas. Considerando que é muito frequente que os adultos ensinem as crianças a pedir desculpas sempre que fazem algo errado, e estão menos propensos a ensiná-las a lidar com situações quando são vítimas, aparentemente essas crianças não costumam refletir sobre seus sentimentos após sofrerem uma ofensa. Assim, as crianças aprendem a executar um pedido de desculpas automático: “você fez alguma coisa errada, pede desculpa, não faz de novo”, sem refletir sobre o erro e sobre a importância do perdão. Como consequência, a criança não é ensinada ao que fazer quando ela é a vítima. Em razão disso, as crianças são mais orientadas a aceitar aspectos concretos, como o pedido de desculpas e a reparação, apenas na perspectiva do ofensor.

11.3 Diálogo

Os resultados dessa pesquisa mostraram uma organização das respostas em categorias relacionadas aos sentimentos diante da ofensa, vingança, pedido de desculpas,

condições para perdoar e definições para perdoar. Percebe-se que esses elementos são importantes para compreender como as crianças concebem e praticam o perdão em suas relações.

Destacamos que a gravidade e intensidade dos sentimentos gerados quando sofrem uma injustiça parece influenciar na decisão de perdoar ou não, o que reflete a relevância de estudos os quais mostrem como a capacidade de regulação emocional pode estar relacionada ao perdão em crianças, além de considerar estratégias que ajudem na regulação emocional em propostas de intervenção para a promoção do perdão. Ainda, as condições que as crianças apresentam para perdoar denotam a importância de identificar os comportamentos do ofensor e como ele se comporta durante e após a injustiça, o que também evidencia a relevância de estimular nas crianças habilidades como a tomada de perspectiva social e a empatia, que ajudam a analisar a situação numa perspectiva mais ampla e, assim, compreender melhor os comportamentos do ofensor. A literatura já mostra que essas capacidades cognitivas e afetivas se relacionam com o perdão em adultos, mas há pouco sobre como esse processo ocorre em crianças.

Nesta pesquisa, definimos o perdão como uma atitude moral, e por essa razão as respostas das crianças a respeito da possibilidade de vingança e de restituição são importantes para compreendermos o papel da noção de justiça na decisão de perdoar. Para crianças que consideraram se vingar ou aceitar restituições materiais, ou que apresentaram o pedido de desculpas como uma espécie de “reparação moral”, acreditamos que estejam sendo influenciadas pelo seu julgamento moral que, nessa idade, tende a estar em níveis pré-convencionais. Ainda é preciso compreender melhor como o avanço no julgamento moral para estágios convencionais irá repercutir nas concepções de perdão em crianças, por meio de estudos longitudinais, por exemplo.

Além disso, observou-se que as crianças mais velhas apresentaram respostas mais elaboradas e com processos mais reflexivos, enquanto as crianças mais novas demonstraram ainda estarem voltadas a processos mais primitivos, a exemplo de uma maior concordância com a opção de vingança após uma situação de injustiça. Mais uma vez, acreditamos que há aqui uma relação com capacidades cognitivas e afetivas da criança, decorrentes do avanço da descentração. A menção da importância do diálogo e da compreensão das razões do ofensor, por exemplo, indica um nível mais elevado de empatia e de tomada de perspectiva social, além de uma abertura maior para a restauração das relações sociais com o ofensor após o perdão. Aqui é importante destacar que, apesar de a literatura sobre o perdão não colocar a reconciliação como um elemento obrigatório para o perdão em adultos, até o momento as pesquisas apontam ser um fator crucial para as crianças.

Por fim, considerando a importância de compreender que as crianças são socializadas sobre o perdão, e têm apresentado concepções voltadas para aspectos práticos e com uma concepção ainda voltada para noções retributivas, destacamos a importância de estudos futuros que possam analisar os efeitos dessa educação vinda dos adultos, além de elaborar estratégias que ajudem as crianças a identificarem as diferenças nas situações a partir da perspectiva do ofensor ou da vítima, e possam considerar esses elementos em suas decisões.

REFERÊNCIAS

- Abreu, E. L. (2013). *A relação entre o pensamento moral da justiça e o pensamento moral do perdão* [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal da Paraíba.
- Abreu, E. L., Moreira, P. L., & Rique, J. (2011). O pensamento moral do perdão em crianças. *Psicol. Argum*, 29(65), 249-258.
- Ahmed, E., & Braithwaite, V. (2006). Forgiveness, reconciliation, and shame: three key variables in reducing school bullying. *Journal of Social Issues*, 62(2), 347-370.
- Banerjee, R., Bennett, M., & Luke, N. (2010). Children's reasoning about the self presentational consequences of apologies and excuses following rule violations. *British Journal of Developmental Psychology*, 28(4), 799-815.
- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. *Revista Eletrônica de Educação*, 6(1), 383-387.
- Darby, B. W., & Schlenker, B. R. (1982). Children's reactions to apologies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43(4), 742-753.
- Darby, B. W., & Schlenker, B. R. (1989). Children's reactions to transgressions: effects of the actor's apology, reputation and remorse. *British Journal of Social Psychology*, 28(4), 353-364.
- Denham, S., Neal, K., Wilson, B., Pickering, S., & Boyatzis, C. (2005). Emotional development and forgiveness in children: emerging evidence. In: E.L. Worthington Jr. (Ed.), *Handbook of forgiveness*. pp 127-142. Routledge.
- DiFonzo, N., Alongi, A., & Wiele, P. (2020). Apology, restitution, and forgiveness after psychological contract breach. *Journal of Business Ethics*, 161(1), 53-69.
- Drell, M. B., & Jaswal, V. K. (2016). Making amends: children's expectations about and responses to apologies. *Social Development*, 25(4), 742-758.
- Enright, R. D., Freedman, S., & Rique, J. (1998). The psychology of interpersonal forgiveness. In R. D. Enright & J. North (Eds.), *Exploring forgiveness*. pp. 46-62. University of Wisconsin Press.
- Enright, R. D., Santos, M. J., & Al-Mabuk, R. (1989). The adolescent as forgiver. *Journal of Adolescence*, 12(1), 95-110.

- Freedman, S., & Chang, W. C. (2010). An analysis of a sample of the general population's understanding of forgiveness: implications for mental health counselors. *Journal of Mental Health Counseling*, 32(1), 5-34.
- Garthe, R.C., & Guz, S. (2020). The development of forgiving in children, adolescents, and emerging adults. In. Worthington Jr, E.L. & Wade, N. (Eds.), *Handbook of forgiveness*. pp. 87-96. Routledge.
- Ma, F., Wylie, B. E., Luo, X., He, Z., Xu, F., & Evans, A. D. (2018). Apologies repair children's trust: the mediating role of emotions. *Journal of Experimental Child Psychology*, 176, 1-12.
- Mullet, E., Girard, M., & Bakhshi, P. (2004). Conceptualizations of forgiveness. *European Psychologist*, 9(2), 78-86.
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. E. Leonardon, Trad. (2ª ed.). Summus. (Trabalho original publicado em 1932).
- Smith, C. E., Chen, D., & Harris, P. L. (2010). When the happy victimize er says sorry: children's understanding of apology and emotion. *British Journal of Developmental Psychology*, 28(4), 727-746.
- Taysi, E., & Orcan, F. (2017). The conceptualisation of forgiveness among turkish children and adolescents. *International Journal of Psychology*, 52(6), 473-481.
- Toussaint, L. L., Williams, D. R., Musick, M. A., & Everson-Rose, S. A. (2008). Why forgiveness may protect against depression: hopelessness as an explanatory mechanism. *Personality and Mental Health*, 2(2), 89-103.
- Van der Wal, R.C., Karremans, J.C., & Cillessen, A.H.N. (2017). Causes and consequences of children's forgiveness. *Child Development Perspectives*, 11(2), 97-101.
- Wainryb, C., Recchia, H., Faulconbridge, O., & Pasupathi, M. (2020). To err is human: forgiveness across childhood and adolescence. *Social Development*, 29(2), 509-525.
- Witvliet, C. V., Luna, L. R., Worthington Jr, E. L., & Tsang, J. A. (2020). Apology and restitution: the psychophysiology of forgiveness after accountable relational repair responses. *Frontiers in Psychology*, 11.
- Worthington Jr, E. L. (2005). *Handbook of forgiveness*. Routledge.
- Worthington Jr, E. L., & Wade, N. (Eds.). (2020). *Handbook of forgiveness* (2nd ed.). Routledge.
- Yendork, J. S., Boadu, S. O., Amankwah-Poku, M., & Osei-Tutu, A. (2022). Forgiveness in children placed in children's homes: understanding, process and motivation for forgiveness. *Child Care in Practice*, 28(1), 20-42. <https://doi.org/10.1080/13575279.2019.1681362>
- Zechmeister, J. S., Garcia, S., Romero, C., & Vas, S. N. (2004). Don't apologize unless you mean it: A laboratory investigation of forgiveness and retaliation. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 23(4), 532-564. <http://dx.doi.org/10.1521/jscp.23.4.532.40309>

